



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein
and Norway through the EEA Financial Mechanism

Projeto

Começar de Novo - Apoio aos Projetos de Vida dos Refugiados em Portugal

(Projeto nº 14)

A INTEGRAÇÃO DOS REFUGIADOS/AS NA SOCIEDADE DE ACOLHIMENTO

Narrativa de um processo – Avanços, Recuos e Boas Práticas

Lisboa, Março de 2011



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

ÍNDICE

1.	Introdução.....	3
2.	Objetivos e Atividades do Projeto.....	8
3.	Balanço Crítico dos Resultados Alcançados.....	10
4.	Principais Avanços e Recuos.....	23

Nota: Texto escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

1. Introdução

A presente narrativa de práticas que ora se apresenta surge no âmbito do projeto **“Começar de Novo – Apoio aos Projectos de Vida dos Refugiados em Portugal”**, que foi implementado pelo Conselho Português para os Refugiados (CPR) entre Janeiro de 2009 e Fevereiro de 2011. Este projeto enquadra-se na medida “Direitos Humanos – Igualdade de Direitos” – organizações não governamentais pela promoção da Cidadania e de Novas Oportunidades na Comunidade, financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, através da Comissão para a Igualdade de Género (CIG) / Presidência do Conselho de Ministros.

O CPR é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), sem fins lucrativos, independente e pluralista, que tem como principal missão defender e promover o direito de asilo para todos aqueles que, fugindo de perseguições motivadas por razões raciais, religiosas, étnicas, filiação em determinado grupo social, opiniões políticas, conflitos armados e graves violações de Direitos Humanos chegam ao nosso país em busca de proteção, liberdade e segurança.

Neste âmbito o CPR desenvolve as seguintes atividades: aconselhamento jurídico, consagrado na Lei de Asilo nº. 27/2008, de 30 de Junho, aconselhamento e apoio social, integração no mercado do trabalho e atividades de formação profissional, atividades de sensibilização pública, bem como programas com o objetivo de proporcionar aos requerentes de asilo e refugiados, as ferramentas necessárias para alcançarem a plena integração. Estes programas incluem a informação e acolhimento, o alojamento transitório no Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR), contemplando apoios para alimentação, transportes, documentação, comunicações e subsídios de emergência, banco de roupa e lavandaria, promovendo ainda ações de formação em língua portuguesa, um “Quiosque Internet”, para além de manter em funcionamento, nas instalações do CAR, um Gabinete de Inserção Profissional (GIP), financiado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), através do Centro de Emprego de Moscavide.

Nos últimos anos, o CPR tem vindo a apostar na divulgação de produtos e práticas experimentados e testados com os refugiados/as, contribuindo assim para o *mainstreaming* -, processo de generalização e integração das políticas e práticas, ao nível nacional e da União Europeia.

Aliás, não podemos deixar de referir a este respeito a participação anterior do CPR nos projectos VIAAS – *Vias de Interculturalidade na Área do Asilo* e no AIRA – *Acolhimento e Integração de Requerentes de Asilo*, no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL.



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

Em 2001, e no âmbito da intervenção da Iniciativa Comunitária EQUAL, o CPR, o Instituto de Segurança Social (ISS), a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e a Câmara Municipal de Loures (CML), decidiram constituir uma Parceria de Desenvolvimento (PD) e em conjunto, implementar o Projeto AIRA – *Acolhimento e Integração de Requerentes de Asilo* (2001-2006), com o objetivo principal de melhorar o sistema de acolhimento e integração dos requerentes de asilo, procurando reduzir a exclusão social e a discriminação desta população em Portugal.

De entre os produtos e atividades então desenvolvidos destaca-se o *Guia de Acolhimento e Integração de Refugiados em Portugal*, a criação de uma rede alargada para o acolhimento e integração dos requerentes de asilo, o serviço de informação integrada para requerentes de asilo (apoio social e apoio jurídico, etc.) e a construção, de raiz, de uma nova infraestrutura para o acolhimento dos requerentes de asilo.

O Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR) é um alojamento transitório para requerentes de asilo (durante a fase da admissibilidade do procedimento de asilo), menores desacompanhados/as e refugiados/as reinstalados/as. É constituído por 3 edifícios principais: Centro de Acolhimento (quartos, cozinha, sala de estar de refeições, salas de formação, auditório, biblioteca, serviços de atendimento e aconselhamento social, jurídico, emprego), jardim-de-infância e polidesportivo.

O jardim-de-infância, o auditório e o Serviço de Emprego e Formação Profissional transformaram o CAR num espaço aberto à comunidade (no jardim-de-infância crianças portuguesas, imigrantes e refugiadas brincam e crescem juntas).

O CAR representa uma experiência inovadora no seio da União Europeia, uma maneira única de promover a integração dos requerentes de asilo e refugiados na sociedade portuguesa, através da sua integração na comunidade local. Pretende-se assim criar uma dinâmica intercultural baseada no fortalecimento das relações entre requerentes de asilo e refugiados/as e a comunidade local, reforçando laços comunitários, valores e sentimentos de pertença a uma comunidade coesa e multicultural.

O conjunto de concretizações do AIRA, traduzido no evidente salto qualitativo ao nível das condições de acolhimento dos requerentes de asilo (infraestruturas de apoio, serviços prestados, sensibilização da sociedade de acolhimento, formação para técnicos, funcionamento em rede, etc.) só foi possível graças ao intenso trabalho desenvolvido em parceria, ficando desde logo claro que, seria agora necessário trabalhar sobre as questões da integração dos requerentes de asilo na sociedade de acolhimento.



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

Em 2005, a Parceria de Desenvolvimento do AIRA, juntamente com o Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (CFPSA), e ainda no quadro da iniciativa comunitária EQUAL, fizeram nascer o projeto VIAAS – *Vias de Interculturalidade na Área do Asilo* (2005-2009), que se propunha experimentar novas formas de valorização da interculturalidade/multiculturalidade, elegendo como área central da sua intervenção facilitar o acesso à formação profissional a requerentes de asilo por se entender que, a par com a aprendizagem da língua, a possibilidade de aquisição de competências técnico-profissionais é condição essencial para a promoção das condições de entrada deste público no mercado de trabalho.

Assim, depois de uma experiência muito positiva com o VIAAS, através dos quais diversos requerentes de asilo tiveram acesso à formação profissional em Analista de Laboratório, Empregado de Mesa e Bar e Corte de Carnes, o CPR considerou prioritário trabalhar agora com os beneficiários de Estatuto de Refugiado/a e Proteção Subsidiária, ou seja, com o aqueles que se encontram há mais tempo em Portugal, e que têm enfrentado dificuldades no seu processo de integração na sociedade de acolhimento.

Neste contexto, o projeto “Começar de Novo – Apoio aos Projetos de Vida dos Refugiados/as em Portugal” veio dar continuidade ao trabalho anteriormente realizado a este nível, sendo que o CPR centrou a sua intervenção sobre os refugiados/as que já residem em Portugal há vários anos, tendo-se procurado ir mais longe do que em projetos anteriores. Para além de continuar a aposta na formação profissional, incidiu-se, também, sobre os estágios profissionais e o auto-emprego.

Espera-se que este documento possa vir a constituir-se como um bom recurso para todas as organizações e técnicos que desempenham funções ao nível da integração dos refugiados/as em Portugal.

Os objectivos desta narrativa de práticas podem ser sistematizados em quatro pontos fundamentais:

1. Identificar Boas Práticas e Práticas Promissoras ao nível do acolhimento e integração dos refugiados/as na sociedade portuguesa;
2. Aumentar o número de refugiados/as que acedem à qualificação profissional;
3. Promover o trabalho em parceria e um maior envolvimento do sector empresarial no processo de integração dos refugiados/as;
4. Promover o desenvolvimento de redes de apoio aos refugiados/as que procuram formação profissional e/ou reconhecimento das suas habilitações escolares e profissionais.



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

Estes objetivos encontram-se naturalmente complementados pelo conjunto de atividades desenvolvidas no sentido da identificação, validação e certificação das competências dos refugiados/as, bem como todas as iniciativas realizadas com vista ao aumento da empregabilidade dos refugiados/as.

Espera-se, desta forma, melhorar o conhecimento e a apreciação dos fenómenos e mecanismos susceptíveis de constituir formas de desigualdade e discriminação, como também desenvolver a eficácia das ações de todos os agentes de mudança social (governo, autarquias locais, ONG's e outros parceiros sociais), através da troca de informações e disseminação de boas práticas.

Este documento destina-se a dirigentes e técnicos/as de associações de solidariedade social e de organismos da administração pública central e local, que intervenham na área do asilo e refugiados. Pretende-se, também, que constitua um instrumento de apoio ao sector privado, tanto para empresas como para centros de formação profissional.

No entanto, a Narrativa não deve ser encarada como um guia, mas sim como um documento de orientação e auxílio, que inclua as diferentes experiências ao nível da integração dos refugiados/as no mercado de trabalho e no sistema de formação profissional e de ensino. Ou seja, não pretendemos aqui apresentar um percurso organizado e por etapas, mas somente boas práticas e experiências bem sucedidas (e também as menos bem sucedidas) que resultaram da implementação deste projeto.

No que respeita ao tempo necessário para a implementação de processos de formação profissional e de estágios profissionais, ou de apoio ao auto-emprego, abrangendo refugiados/as, a nossa perspectiva é que variará de caso para caso tendo em conta a situação específica de cada refugiado/a.

Do mesmo, e dado que não existe um modelo único para uma generalização bem sucedida, cada instituição deverá também adequar as sugestões apresentadas neste documento de forma a potenciar soluções e encontrar a melhor resposta a determinada situação concreta.

O importante é garantir que estão criadas condições para a inserção plena dos refugiados/as no sistema de ensino e formação profissional e no mercado de trabalho, e assim consolidar as suas competências e aumentar efetivamente as possibilidades de *empowerment* dos indivíduos e dos grupos. Aliás, esta deve ser a finalidade



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

principal da ação do CPR, dos organismos da administração pública e também, em certa medida, das empresas e outras entidades privadas.

Em síntese, espera-se que os resultados aqui apresentados se constituíam como uma fonte de informação e conhecimento útil aos parceiros do CPR e a outras organizações que intervenham nestas áreas, e que sobretudo, tenham utilidade e efeito directo sobre os refugiados/as, contribuindo para uma integração mais facilitada deste grupo no mercado de trabalho e uma inclusão mais plena na sociedade de acolhimento.



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

2. Objetivo e Atividades do Projeto

O Projeto *Começar de Novo – Apoio aos Projetos de Vida dos Refugiados* procurou enquadrar refugiados/as à procura do 1º emprego em Portugal ou desempregados/as, que estejam a frequentar obstáculos à sua integração no mercado de trabalho, quer seja pela desadequação das respostas existentes, quer seja pela falta de apoio individualizado ou pela ausência de competências linguísticas ao nível do português.

O projeto pretendeu, desde o seu início, central a sua atuação sobre os beneficiários de proteção ao abrigo da lei de asilo 27/2008, de 30 de Junho, ou seja, portadores de Estatuto de Refugiado/a ou de Proteção Subsidiária (Autorização de Residência por Razões Humanitárias).

Neste contexto, foram definidos 4 objetivos específicos:

- Facilitar o acesso dos refugiados/as ao mercado de trabalho;
- Promover o auto-emprego e o empreendedorismo entre os refugiados/as;
- Dinamizar e incrementar o envolvimento de novos parceiros no sistema de integração dos refugiados/as em Portugal;
- Promover a aquisição de competências sociais e profissionais por parte dos refugiados/as;

Em sede de candidatura, foram previstas as seguintes atividades:

- Estágios profissionais;
- Formação profissional;
- Formação em Posto de Trabalho;
- Aconselhamento para o Microcrédito;
- Ensino dirigido de Português Língua Estrangeira (PLE).

Estas medidas pretendiam abranger 15 beneficiários/as (refugiados/as, refugiados reinstalados/as, beneficiários/as de proteção humanitária).

A atividade “visitas e sessões sócio-culturais na área do emprego” constituir-se-ia como um complemento às restantes atividades podendo, inclusive, abranger outros beneficiários/as que não estivessem simultaneamente nas atividades anteriores, num total de 25. Ou seja, pretendia-se enquadrar no programa de ações de



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

sensibilização e divulgação pública do CPR, tendo como principal objetivo dar a conhecer aos refugiados/as o sistema de emprego e formação profissional português, e simultaneamente, dar a conhecer aos empresários e seus funcionários, a problemática do asilo em Portugal, através do inter-conhecimento mútuo.

A constituição de uma rede informal de autarquias funcionaria de forma acessória, e o objetivo seria explorar recurso que futuramente pudessem vir a contribuir para a integração dos/as refugiados/as em diversos pontos do país. O pilar desta atividade, que se esperava potenciar a mesma, era o fato de se pretender estabelecer contactos fora da área metropolitana de Lisboa, "explorando" zonas do país com mais carências ao nível populacional e com recursos concretos para oferecer.

Importa destacar que o projeto previa a implementação de respostas muito individualizadas e diretas destinadas à integração em formação profissional e no mercado de trabalho. Desta forma, pretendia ir ao encontro das necessidades específicas dos refugiados/as, procurando-se dar resposta à heterogeneidade de nacionalidades, formações de base, etc. – que caracterizam a população refugiada.

Apesar do número de refugiados/as que residem em Portugal ser relativamente pequeno e do número de pedidos de asilo ser dos mais baixos da Europa, este grupo enfrenta dificuldades significativas ao nível da integração, e em particular, no mercado de trabalho. Os refugiados/as apresentam um reduzido domínio da língua portuguesa e são frequentemente vítimas de racismo e discriminação. Estas dificuldades traduzem-se numa elevada taxa de desemprego entre os refugiados/as, em percursos de mobilidade profissional descendente e num processo de perda de auto-estima e de exclusão social que se vai agravando ao longo dos anos.



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

3. Balanço Crítico dos Resultados Alcançados

Em termos globais, o balanço do projeto é muito positivo, desde logo, porque foi possível ultrapassar o número de beneficiários do projecto. Em sede de candidatura, o CPR previa envolver nas actividades deste projeto, cerca de 15 refugiados/as. Até final de Fevereiro de 2011 beneficiaram 37 refugiados/as.

Do nosso ponto de vista, o projeto produziu impactos significativos nas diversas instituições que integram a parceria, a saber:

- 1) Empresas onde estão a decorrer ou decorreram estágios profissionais;
- 2) Centros de Formação Profissional e Centros Novas Oportunidades;
- 3) Instituições Públicas que intervêm ao nível da Habitação e da Educação e Certificação de Competências.

Gostaríamos de chamar a atenção para os principais impactos resultantes das parcerias estabelecidas com o sector privado (Solvay Produtos Químicos – SA., Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, Restaurante Alma-Henrique Sá Pessoa e Teatro da Comuna):

- 1) Possibilidade de integrar refugiados/as em estágios profissionais em empresas privadas “muito conhecidas” e conceituadas na sua área de actividade;
- 2) Enriquecimento dos C.V.s dos refugiados/as e conseqüentemente, aumento da sua competitividade perante o mercado de trabalho;
- 3) Maior consciencialização das empresas e dos seus funcionários para a problemática do asilo e dos refugiados, e construção de “imagens” diferentes (mais positivas) dos estrangeiros a residir em Portugal;
- 4) Maior participação da sociedade civil na temática dos refugiados/as (por exemplo, as empresas e seus funcionários doaram roupas, computadores, etc. ao CPR e aos refugiados);
- 5) O CPR aumentou as suas competências ao nível do mercado de trabalho (hoje, tem mais consciência do que as empresas necessitam em termos de recursos humanos, e de como os refugiados/as se podem apresentar mais competitivos perante as empresas);
- 6) Possibilidade real de integrar os refugiados/as em empregos mais permanentes nestas empresas;
- 7) Aumento das competências profissionais dos refugiados/as;
- 8) Aumento da auto-estima dos funcionários e dos próprios refugiados/as.



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

Chama-se ainda a atenção para o facto de ao estagiário que se encontrava na Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, lhe ter sido oferecida a possibilidade de fazer um contrato temporário com uma empresa parceira, em substituição de um trabalhador que se encontrava de baixa.

No que se refere aos Centros de Formação Profissional e Centros Novas Oportunidades (CNOs), as parcerias estabelecidas têm gerado diversos impactos positivos para o CPR, para os refugiados e para a sociedade em geral:

- 1) Um aumento muito significativo do número de refugiados/as a frequentar cursos de formação profissional e processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (nunca houve tantos refugiados a aumentar as suas qualificações em simultâneo);
- 2) Alargamento da rede de parceiros institucionais do CPR ao nível da educação e formação (nunca até hoje, o CPR tinha conseguido trabalhar com tantos centros de formação e CNOs em simultâneo);
- 3) Maior consciencialização das entidades formadoras para a problemática do asilo e refugiados e para as suas necessidades específicas;
- 4) Participação solidária das entidades na integração dos refugiados/as, através da disponibilização de lugares gratuitos em formações pagas, ou na redução significativa do valor das propinas;
- 5) Acesso dos refugiados/as a formação profissional com um nível de qualidade mais elevado e mais competitiva;
- 6) As entidades formadoras aumentaram o número de formandos, diversificando os seus públicos-alvo.

Nos últimos anos, o sistema de educação e formação de adultos e jovens tem vindo a sofrer importantes alterações, devendo-se destacar, entre outras, que a maioria dos cursos de formação passaram a ser de Dupla Certificação, ou seja, no final de cada curso, o formando obtêm uma certificação profissional e uma certificação escolar. Esta alteração teve consequências directas para os refugiados/as, uma vez que até aqui, os refugiados/as que ainda não tivessem obtido um reconhecimento/equivalência escolar, podiam frequentar uma formação profissional. Ora, com esta alteração isto deixou praticamente de ser possível, obrigando os refugiados/as a obter uma qualificação escolar de partida (4º, 6º, 9º ou 12º ano). Ou seja, todos os refugiados/as que pretendem fazer formação profissional têm que, numa primeira fase, obter uma equivalência escolar das suas qualificações obtidas no país de origem, ou outro país de asilo, e só posteriormente podem vir a frequentar acções de formação profissional.



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

Assim, os refugiados/as e o CPR foram colocados perante um novo desafio – Como obter uma qualificação escolar de partida (4^a, 6^a, 9^o, 12^o ano) – resultante do facto de muitos refugiados/as não terem condições para obter essa equivalência escolar¹. Perante este desafio, e tendo em conta as oportunidades e recursos existentes, considerou-se que a solução para este problema passava pelo Programa Novas Oportunidades/Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

Neste contexto muitos dos beneficiários dos projecto foram inscritos em CNOs (Escola Secundária de Camarate, CFPSA e CENFIC), com o objectivo de, posteriormente, serem inscritos em cursos de formação profissional e/ou continuarem no processo de RVCC para níveis mais avançados (ver tabela anexa).

Por último, ainda não é possível medir os impactos da parceria nas instituições públicas que estão envolvidas na actividade 6 – Constituição de uma rede Informal de Autarquias para Apoio à Integração. No entanto, e pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, denota-se desde logo:

- Uma maior abertura destas entidades para integrar os refugiados/as nas suas actividades e planos de trabalho;
- Uma maior consciencialização destas entidades e dos seus funcionários sobre a problemática do asilo e refugiados;
- Uma predisposição (e sensibilidade) para participar e colaborar com o CPR nos processos de integração dos refugiados/as.

Do ponto de vista do CPR, a parceria com estas entidades tem possibilitado alargar a sua rede de parceiros e trabalhar com instituições novas (ex: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana). Ao nível das autarquias tornou-se possível trabalhar com serviços a que o CPR, tradicionalmente, não conseguia aceder (educação, habitação, etc.). Até aqui o trabalho em parceria com os Municípios de Lisboa, Loures e Odivelas encontrava-se muito confinado aos serviços de acção social e de apoio aos imigrantes/minorias étnicas.

Importa destacar alguns dos princípios que estiveram na base da implementação do projeto, e que, julgamos terem sido determinantes para o sucesso alcançado:

- 1) Intervenção integrada, centrada no refugiado/a e nas suas necessidades específicas;
- 2) Trabalho em parceria e em rede;
- 3) Empowerment e inovação.

¹ Uma parte significativa dos refugiados/as não traz consigo documentos comprovativos das suas habilitações literárias, nem tem forma de as obter, uma vez que não podem contactar as autoridades do seu país de origem, incluindo as respectivas embaixadas.



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

Intervenção Integrada

Como já foi referido, procurou-se desenvolver uma metodologia de intervenção integrada, centrada no refugiado/a e nas suas necessidades específicas. Tendo em conta a enorme diversidade existente entre os refugiados/as (nacionalidade, idade, experiência profissional e habilitações literárias, dimensão do agregado familiar, etc.), parecia-nos evidente que cada caso teria as suas especificidades e que, portanto, a abordagem da equipa do projecto teria que ser muito individualizada.

Mas, estabeleceu-se como princípio que o mais importante seria trabalhar sobre o indivíduo, mesmo que isso significasse apoiar um número mais reduzido de refugiados/as.

A título de exemplo, um dos primeiros refugiados/as a fazer formação, na área das energias renováveis, foi depois encaminhado para um estágio profissional na Solvay Portugal. Tratava-se de um refugiado/a de nacionalidade albanesa, com dificuldades de integração no mercado de trabalho, mas que se encontrava há vários anos a viver em Portugal. Tinha experiência em trabalhos gerais da construção civil, mas nunca tinha tido um trabalho certo, apenas “biscates”. Assim, o estágio surgiu como uma forma de promover a sua integração numa empresa, onde assumiu funções de manutenção geral (pedreiro) na fábrica. O estágio teve a duração de seis meses, e, no final, a empresa considerou a hipótese de o contratar. No entanto, verificou-se que não tinha o 12º ano. Assim, foi inscrito num curso de Curso Educação e Formação de Adultos - Técnico de Ar Condicionado (12º ano) na Escola Secundária de Camarate. Ou seja, procurou-se sempre as respostas mais adequadas para cada situação específica.

Outro exemplo, é o de um refugiado/a iraniano. O CPR tem vindo a prestar apoio a este refugiado desde a sua chegada a Portugal. Neste caso, o refugiado/a manifestava o interesse de realizar uma formação na área de massagens. Tendo-se verificado que para iniciar formação necessitava de ter o 9º ano, então, foi encaminhado, numa primeira fase, para um CNO. Posteriormente, e quando já tinha conseguido obter o certificado do 9º ano, foi então inscrito no curso de Massagista e Reabilitação na EMMA – Escola de Massagens e Motricidade Aplicada. Durante a frequência do curso, e para a realização de alguns trabalhos, beneficiou de aulas de português dirigido.

Em suma, a equipa promoveu um acompanhamento permanente dos refugiados/as, procurando dar resposta às suas várias necessidades ao nível do emprego e formação profissional e apostando nas soluções que melhor



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

respondiam aos seus problemas. Mas este apoio personalizado e integrado não se ficou por aqui. Durante todo o projecto, e para além dos apoios já referidos, estes refugiados/as beneficiaram de um aconselhamento e apoio permanente da animadora do GIP- Gabinete de Inserção Profissional/Técnica do projeto e do Coordenador de projeto. Para além disso, e uma vez que se encontravam desempregados, subsistindo apenas com o apoio da segurança social que lhes é concedido ao abrigo da Lei de Asilo, beneficiaram também de apoio social e jurídico. Todas as questões relacionadas com o atraso na atribuição dos subsídios e com o estabelecimento de contratos de estágio e de formação, foram assim acompanhadas pela equipa do projeto.

Trabalho em Parceria e em Rede

A implementação do projecto foi estruturada em torno da dinamização de uma rede trabalho com as empresas, entidades formadoras e outras associações. Considerou-se assim que o sucesso do projeto estaria fortemente dependente da capacidade do CPR estabelecer parcerias com as entidades que dispunham das soluções mais adequadas aos problemas e necessidades de cada um dos beneficiário/as.

Ao longo do projecto procurou-se envolver diferentes centros de formação privados, empresas, CNOs, etc. No entanto, e muito embora não descurando as parcerias já estabelecidas pelo CPR, estabeleceu-se como prioridade que se deveria partir das necessidades concretas dos refugiados/as. Ou seja, em função dos seus interesses, motivações, perfis profissionais e escolares e das suas opções e preferências relativamente aos estágios e formação profissional, é que se deveria identificar potenciais parceiros.

Numa primeira fase, enviaram-se mais de 100 cartas a empresas dos mais diversos sectores de actividade. Posteriormente, e porque apenas um reduzido número respondeu ao desafio proposto, procurou-se encetar contactos mais individualizados (pedindo a marcação de uma reunião para esse efeito). É neste contexto que o CPR inicia ou consolida o trabalho com as seguintes empresas:

- Solvay Portugal – Produtos Químicos, S.A;
- Sociedade Central de Cervejas e Bebidas;
- Restaurante Alma – Henrique Sá Pessoa;
- Teatro de Pesquisa A Comuna.

Tendo em conta as diferentes necessidades dos beneficiários e as diferentes áreas de actividade, optou-se por uma abordagem muito individualizada junto de cada empresa.



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

O primeiro contacto com cada uma das empresas foi através do envio de uma carta (Solvay e Central de Cervejas) ou de um e-mail (Restaurante Alma e Teatro de Pesquisa), explicitando os objectivos do projecto e solicitando uma reunião com a equipa do CPR. No caso das duas empresas, os contactos efectuados foram sempre muito formais, enquanto que com o Restaurante e o Teatro privilegiou-se uma abordagem mais informal e descontraída. Seguiram-se reuniões, durante as quais o CPR apresentou a instituição, e posteriormente os contactos continuaram sobretudo por e-mail e telefone.

Do nosso ponto de vista, o sucesso e/ou concretização das parcerias deve-se sobretudo aos seguintes factores:

- O CPR foi ao encontro das instituições participantes;
- Apresentou-se o trabalho efectuado pelo CPR nos últimos anos, com especial destaque para o Centro de Acolhimento, a experiência no asilo e refugiados, os protocolos com o Ministério da Administração Interna / Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, e com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Esta abordagem foi muito importante, em termos de garantir a credibilidade do projecto e da instituição;
- As organizações receberam uma ficha de síntese com uma breve apresentação dos candidatos ao estágio/formação profissional, o que "sensibilizou" as empresas. Ou seja, quanto as empresas foram contactadas foram-lhe logo apresentados possíveis candidatos;
- Propôs-se, desde logo, e como condição para a concretização dos estágios, a realização de um Protocolo de Colaboração entre as entidades participantes (CPR e empresa), e um Contrato de Estágio Profissional/Formação em Posto de Trabalho (entre o CPR, a empresa e o refugiado/a). A formalização e regulação do funcionamento da parceria, traduzida num protocolo e num contrato de estágio, foi determinante para ganhar a confiança das empresas no projeto. Aliás, no que se refere às duas empresas multinacionais, o facto da equipa ter envolvido neste projecto o Departamento Jurídico e a Direcção do CPR foi igualmente relevante. Desta forma, as empresas passaram a reconhecer o CPR como uma entidade mais profissional e organizada, deixando de parte a percepção de que estariam a trabalhar com uma entidade de pequena dimensão, pouco organizada, eventualmente baseada no voluntariado social.

Neste contexto, destaca-se a atitude de liderança do CPR neste processo, que parece ter sido apreciada pelas empresas. O CPR é que contactou as empresas, marcou as reuniões, foi ao seu encontro, tendo partido da nossa parte a iniciativa de estabelecer os protocolos de cooperação e contratos, e dos seus respectivos conteúdos terem sido discutidos a partir de propostas base sugeridas pelo CPR.



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

No que concerne aos CNOs o processo de criação de parcerias foi um pouco diferente. Tendo em conta o elevado número de parceiros envolvidos, não foi possível adoptar uma abordagem tão individualizada e dirigida.

Mais uma vez, o ponto de partida foram os refugiados/as. A equipa procurou fazer um diagnóstico das necessidades de formação de cada uma dos participantes, e a partir daqui, identificar possíveis centros de formação / CNOs, que pudessem oferecer estas respostas. A metodologia de aproximação a estas instituições foi a seguinte:

- 1º Pesquisa e identificação da instituição que possuía a oferta pretendida;
- 2º Contacto telefónico informal, com o objectivo de saber quais as condições de acesso;
- 3º Utilização de contactos já existentes, sempre que aplicável (ex: ISQ integra a Rede de Responsabilidade Social, da qual o CPR faz parte; o CFPSA já foi parceiro de um projecto EQUAL do CPR);
- 4º Envio de uma carta/e-mail de apresentação do projecto, solicitando o apoio da instituição e, eventualmente, a redução ou isenção do pagamento de propinas;
- 5º Envio da candidatura do refugiado/a;
- 6º Follow-up com a instituição por telefone ou e-mail ou, em caso excepcionais, marcação de reuniões.

Em geral, foi este o procedimento utilizado. Em casos excepcionais, como o do IDEP – Instituto de Especialização Profissional, em que o curso de formação foi oferecido ao refugiado, tendo existido uma isenção total da propina, optou-se por realizar algumas reuniões de trabalho, o que se justificou devido ao facto de nem o CPR nem o refugiado conhecerem este Centro de Formação. Realizou-se uma visita às instalações e posteriormente o IDEP mostrou-se disponível para colaborar com o CPR numa campanha de recolha de medicamentos para o Centro de Acolhimento e para a realização de estágios curriculares no Centro, de formandos dos cursos de Técnico Auxiliar de Saúde.

Os quase 20 anos de trabalho do CPR evidenciam, antes de mais, a importância da estrutura de desenvolvimento de um projecto em parceria. A parceria poderá ser mais ou menos formal, mais ou menos participada, mas implica desenvolver e implementar redes articuladas de base local, regional ou nacional, capazes de discutir e disseminar conteúdos, metodologias, procedimentos e resultados decorrentes da experiência no terreno com a população-alvo.



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

Das nossas experiências anteriores já havia ficado claro que uma parceria entre instituições desenvolvendo uma actividade conjunta é fundamental para garantir a integração social dos refugiados, mas agora, estando sobretudo em causa a sua incorporação profissional, e tendo em conta que a frequência de formação não pode ser concebida apenas como um recurso de qualificação, mas fundamentalmente como fazendo parte integrante de um projecto mais amplo de integração socioprofissional, pudemos constatar que a participação bem sucedida desta população em esquemas de formação profissional depende directamente da capacidade do CPR envolver outras instituições, sobretudo do sector privado, na prossecução do mesmo objectivo.

É indiscutível, na avaliação que fazemos, que parte dos resultados positivos alcançados se deve ao facto do CPR ter conseguido estabelecer protocolos de colaboração com empresas privadas, centros novas oportunidades e centros de formação. No entanto, não foi menos importante o facto do CPR ser já relativamente conhecido no “mercado”, e estar bem “conotado” entre instituições públicas (Ministério da Administração Interna, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, ACNUR, Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Loures, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, etc.). Foi determinante para o sucesso o know-how adquirido em projectos anteriores, e a forte experiência do CPR em parcerias anteriores, de carácter local, nacional e até internacional (o CPR é membro da ECRE – European Council on Refugees and Exiles, e já participou em vários projectos internacionais, inclusivamente com o ACNUR, OIM e ICMC).

Este trabalho e a rede de relações institucionais do CPR foi efectivamente determinante para integrar e articular no projecto de formação esquemas de acompanhamento e de apoio complementar ao nível psicológico, social, familiar, sem os quais dificilmente os requerentes de asilo conseguiriam cumprir o plano de formação estabelecido. Na verdade, só através da definição conjunta de um projeto de vida nas suas diversas dimensões (social, emprego e formação, jurídica, saúde, habitação, etc.) foi possível rentabilizar recursos e, principalmente, adoptar soluções à medida, numa abordagem integrada e multidisciplinar.

Aliás, esta terá sido sem dúvida uma das componentes mais inovadoras do projecto: não nos restringimos apenas à formação profissional, tendo-se apostado também no aumento de competências ao nível da língua portuguesa, no esclarecimento da sociedade de acolhimento para a problemática do asilo (através das visitas de estudo), no auto-emprego dos refugiados/as, na integração no mercado de trabalho (estágios profissionais), na consolidação de rede institucional de apoio aos refugiados, no apoio psicossocial e no apoio familiar.

Em suma, ainda que o único parceiro formal do projecto fosse o CPR, partiu-se de entendimento do trabalho em parceria semelhante ao do proposto pela Iniciativa Comunitária EQUAL. As redes locais de cooperação



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

douradora são cruciais para um crescimento mais rápido e mais sustentado: reduzem os custos da troca de informação, permitem a optimização de recursos e a aprendizagem contínua, potenciam a criação de clusters de inovação social e a disseminação, facilitam o equilíbrio entre a cooperação – competição, factores que são fundamentais ao desenvolvimento das regiões. É neste quadro que as Parcerias (de Desenvolvimento) apresentam um importante “capital social”, enquanto infraestruturas sociais para a troca de informação e experiências, onde o conjunto é capaz de gerar inovação e conhecimento, de dar novas respostas aos grupos-alvo, e de permitir aos vários parceiros e aos actores locais/sectoriais uma aprendizagem e especialização permanentes, susceptíveis de facilitar o alcance dos seus objectivos.

Em suma, o trabalho em parceria esteve presente nos vários momentos/etapas/actividades da implementação deste projecto:

- 1) Processo de selecção dos participantes;
- 2) Articulação entre as aulas de português dirigido e a formação profissional/ reconhecimento, validação e certificação de competências dos refugiados/as;
- 3) Processo de negociação dos protocolos de cooperação e contratos de estágio entre as empresas, o CPR e os refugiados/as;
- 4) No modelo adoptado de promoção de competências por parte dos refugiados/as com vista ao auto-emprego;
- 5) Apoio psico-social aos formandos (articulação do apoio social, jurídico e da formação);
- 6) Disponibilização de recursos das diferentes instituições;
- 7) Potencialização do trabalho em parceria tirando partido das diferenças competências, valências experiências envolvidas (ex: empresas: formação em contexto de trabalho; CPR – apoio língua portuguesa, experiência e proximidade com o público-alvo; Centros de Formação: conhecimento do mercado de trabalho e das suas necessidades, etc.);
- 8) Na organização e implementação de actividades de apoio aos refugiados (ex: articulação com a ANDC para sessões de esclarecimento sobre microcrédito e na organização de um módulo de criação de empresas).

Empowerment e Inovação

Por último, o empowerment, esteve também presente em todo o projecto. Este princípio, assenta na necessidade de promoção da participação activa, da responsabilização e da autonomia das pessoas,



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

comunidades e organizações, no sentido da apropriação sustentada dos processos de mudanças em que estão envolvidos, com base na gestão das suas próprias necessidades, recursos e aptidões.

Do nosso ponto de vista, a acção do projecto terá permitido o empoderamento dos refugiados/as que beneficiaram das acções do projecto, das empresas e instituições envolvidas, e do próprio CPR. Como?

Refugiados/as

- Aumento de competências profissionais e escolares, através de:
 - a. Estágios profissionais/formação em contexto de trabalho;
 - b. Formação profissional;
 - c. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC);
 - d. Formação para o microcrédito (Módulo de criação de empresas e sessões de informação/esclarecimento);
- Aquisição de competências sociais e pessoais (aulas de português, actividades de aconselhamento para o emprego, cumprimento de horários de trabalho, atribuição de responsabilidades no estágio/formação);
- Chamar a atenção para as suas mais-valias para a sociedade de acolhimento (visitas de estudo, estágios profissionais, formação profissional, etc.);
- Papel activo na definição do seu próprio projecto de vida (identificação das empresas e áreas em que gostaria de estagiar; identificação de áreas de formação de interesse, etc.);
- Promoção da sua autonomia e independência/ gestão do seu próprio quotidiano (conciliação entre o estágio e a família, entre a formação profissional e frequência de programas de RVCC; deslocações e cumprimento de horários, etc.);
- Promoção da interculturalidade e diversidade nas empresas e centros de formação, e integração social, criando “imagens positivas” sobre os refugiados/as.

Organizações

- Potencia o trabalho em rede, aumenta a experiência ao nível do trabalho em parceria (intervenção articulada e integrada, rentabilização de recursos) e melhora o desempenho de cada instituição;
- Reforço da consciência e responsabilização face a situações de discriminação social de que são alvo as populações de imigrantes e refugiados;



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

Para as empresas e centros de formação:

- Maior conhecimento das empresas sobre a problemática do asilo e refugiados, e necessidade de dar novas oportunidades aos refugiados/as;
- Tornar as instituições mais abertas à diversidade cultural e interculturalidade, alertando-as para a necessidade de criar respostas mais individualizadas às necessidades dos seus funcionários;
- No caso da formação, realça a importância da formação à medida, ou, pelo menos, de identificar respostas mais flexíveis e modulares;
- Desenvolvimento e aquisição de competências ao nível do relacionamento institucional com outro tipo de organizações (ONG's).

Para o CPR:

- Desenvolvimento e aquisição de competências ao nível do relacionamento institucional com outro tipo de organizações (entidades privadas);
- Maior conhecimento do mercado privado de emprego, da sua cultura organizacional e necessidades do mercado de trabalho;
- Experiência ao nível de actividades de fund-raising e parceria com as empresas e centros de formação;
- Metodologias e instrumentos inovadores para captar a atenção das empresas e centros de formação.

Por último, a inovação. Não sendo um fim em si mesma, nem podendo apenas ser concebida como o que é novo ou o que constituiu progresso tecnológico, a inovação tem implícita a adequação ao contexto social, em particular a adequação aos públicos, e ainda as dimensões da qualidade, utilidade e eficácia.

Deve ser percebida enquanto dinâmica de mudança que se inscreve num processo envolvendo a conjugação de competências específicas e distintas, e uma cooperação interdisciplinar que ocorre no contexto das parcerias. Assim, muito embora fruto da criatividade e da invenção individual, a inovação é sobretudo um processo social composto por trocas, negociações, compromissos, entre os diversos interlocutores que a reconhecem socialmente útil.

A inovação requer, por isso, condições pessoais, culturais e institucionais que a validem, a aceitem e a integrem, nos quotidianos de organizações, grupos e indivíduos.

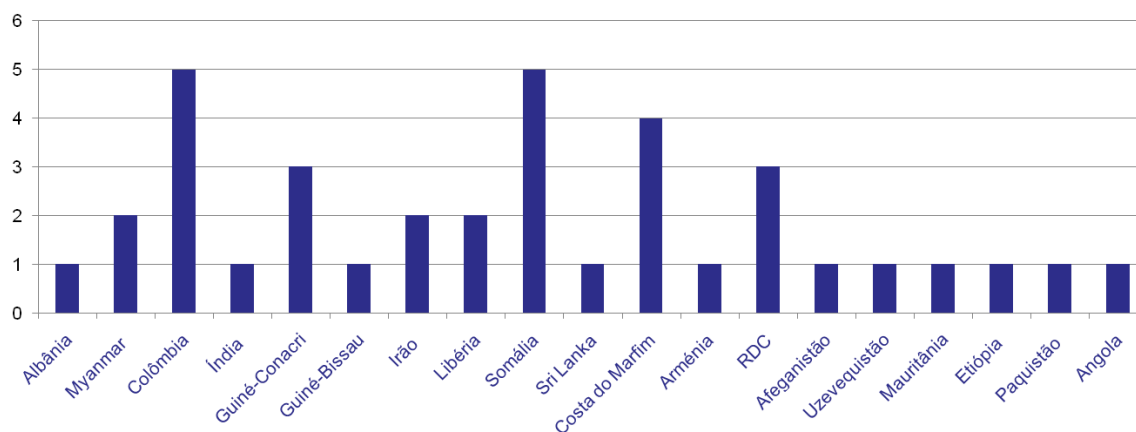
Nesta narrativa, a inovação aparece como um princípio transversal, interligado a todos os resultados relatados e aos outros princípios já mencionados. Desta forma, optou-se por não mencionar novamente todas as

“inovações” que, no nosso entender, foram alcançadas com este projecto, uma vez que estão presentes ao longo do presente capítulo.

Foi possível beneficiar cerca de 37 refugiados/as, não incluindo este número, os participantes nas visitas de estudo.

No total, foram abrangidos 33 indivíduos do sexo masculino e apenas 4 do sexo feminino, de cerca de 19 nacionalidades diferentes, como se pode ver pelo gráfico seguinte:

Gráfico 1- Distribuição dos beneficiários/as segundo a nacionalidade



Em termos de resultados concretos, gostaríamos de destacar que:

- 4 refugiados/as concluíram estágios profissionais /formação em posto de trabalho;
- 7 refugiados/as concluíram formação profissional;
- 10 refugiados/as concluíram processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências;
- 9 refugiados/as participaram nas actividades de promoção do auto-emprego;
- 5 refugiados/as beneficiaram de aulas de português dirigido.

Para além disso, realizaram-se uma visita de estudo à Sociedade Central de Cervejas e Bebidas e um ao Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (CFPSA).

Foi ainda possível dinamizar uma rede de autarquias e outros parceiros envolvidos no acolhimento e integração dos refugiados/as em duas áreas específicas:



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

- Habitação (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, Câmara Municipal de Loures, Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Odivelas, Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa);
- Educação (Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Loures, Câmara Municipal de Odivelas, Escola Secundária de São João da Talha, Agrupamento de Escolas da Bobadela, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa).



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

4. Principais Avanços e Recuos

Alguns dos principais avanços e recuos do projeto já foram relatados no ponto anterior. No entanto, considera-se importante enunciar aqui os mais relevantes, procurando também destacar as estratégias e metodologias adoptadas pela equipa face aos recuos, e também, aos avanços.

Relativamente às actividades de formação profissional, destaca-se como um avanço importante a realização de uma parceria com 4 Centros Novas Oportunidades: Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (CFPSA), Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e das Obras Públicas (CENFIC), Cooptécnica de Ensino Gustavo Eiffel – Cooperativa de Ensino e Formação Técnico-profissional e Escola Secundária de Camarate.

Como é sabido, actualmente, a maioria dos cursos de formação é de dupla certificação (escolar ou profissional) ou exige um qualificação escolar mínima de entrada. Esta situação, veio trazer ao CPR novos desafios, uma vez que até recentemente, os refugiados/as poderiam frequentar formação profissional sem que tivessem uma habilitação literária reconhecida. Ora, neste contexto, tornou-se absolutamente necessário que os refugiados/as procurassem obter uma equivalência escolar das qualificações obtidas no país de origem (ou no caso dos reinstalados, do primeiro país de asilo), ou que frequentassem o Programa Nova Oportunidades antes de ingressarem num curso de formação profissional.

Ainda que a ANQ – Agência Nacional para a Qualificação, e após vários contactos e diligências do CPR, afirme que os refugiados podem ingressar nos CNOs apenas com um título de residência válido, a verdade é que, do ponto de vista operacional, a maioria dos Centros continua a levantar problemas quando o participante não pode apresentar um passaporte (os refugiados, uma vez que beneficiam da protecção internacional do Estado Português, não podem apresentar um passaporte do seu país de origem, ou do 1º país de asilo). Por outro lado, mesmo depois de superada esta dificuldade, a frequência deste programa por parte dos refugiados é muitas vezes condicionada pelo facto destes possuírem dificuldades no domínio da língua portuguesa, e em particular, ao nível da comunicação e da escrita.

Neste sentido, o estabelecimento de uma parceria mais ou menos formal com aqueles 4 Centros de Formação, foi determinante para o sucesso do projeto. Sem isso, a grande maioria não teria tido condições de obter uma habilitação escolar de base, não podendo prosseguir para formação profissional.



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

Ainda assim, a necessidade de frequentar primeiro um CNO, conduziu a que o processo de qualificação dos refugiados/as se tornasse bastante mais moroso. Como já foi referido, até ao momento, 10 refugiado/as já concluíram processos de RVCC em diferentes níveis (6º, 9º e 12º ano). Não deixa de ser igualmente verdade, que há ainda outros 10 que ainda aguardam ou não conseguiram concluir este processo, pelas dificuldades antes enunciadas, em particular as relacionadas com o fraco domínio da língua portuguesa.

Um outro aspecto muito positivo diz respeito à enorme adesão dos Centros de Formação privados ao projeto. De facto, a equipa optou desde o início por partir das necessidades e interesses dos beneficiários/as. Ou seja, os Centros de Formação foram contactados na sequência dos cursos seleccionados pelos próprios pelos refugiados/as, e por isso, foram contactados Centros de Formação das mais diversas áreas de formação. O balanço da equipa é muito positivo, uma vez que foi possível que os refugiados/as fizessem cursos em diferentes Centros, nomeadamente:

- Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ);
- Instituto de Especialização Profissional (IDEP);
- Escola de Massagens e Motricidade Aplicada (EMMA);
- Instituto de Tecnologias Náuticas (ITN);
- Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e das Obras Públicas do Sul (CENFIC).

Evidentemente, que houve outros que nos responderam negativamente. Mas é de realçar o seu empenhamento no projecto, tendo alguns deles disponibilizado, inclusivamente, cursos com isenção total de pagamento de propinas por parte dos refugiados, ou com uma redução substancial no valor da propina.

Ainda no que concerne à formação, a possibilidade de o projeto suportar os custos inerentes à participação dos refugiados/as na formação revelou-se de extrema utilidade e importância, tanto mais que determinados cursos, pelos quais os refugiados/as manifestam interesse, não estão disponíveis na rede pública de Centros de Formação.

Relativamente ao Estágios Profissionais, foi determinante para o sucesso do projecto, a parceria estabelecida com as empresas participantes. Mas, foi igualmente importante, a forma como foi estabelecida e formalizada a parceria (ver ponto anterior). Como já foi referido anteriormente, a aposta que o CPR fez numa abordagem individualizada com cada empresa, no contacto permanente e regular, e constituição de um processo com uma



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

base documental e registos escritos (Protocolos, Contratos, Seguros), foi muito importante para ganhar a confiança destas empresas. Neste aspecto a metodologia adoptada constituiu-se como um avanço significativo.

Neste processo é de realçar também a importância do projecto contemplar bolsas de estágio. Num período de crise económica, este apoio, ainda que reduzido, constituiu-se como um apoio importante para as empresas, garantindo também a seriedade do projecto e dos seus objectivos. Na medida em que, a atribuição de bolsas implica, como contrapartida, um acompanhamento regular por parte do CPR e uma interacção mais continuada com a empresa, o que se traduz num trabalho mais articulado com os refugiados/as.

Por último, importa ainda mencionar que, ao longo da implementação do projecto, e nos vários contactos efectuados (empresas, centros de formação, micro-crédito, visitas de estudo), o facto do projecto ser financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e, sobretudo, ser gerido pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, se revelou importante enquanto factor gerador da confiança dos parceiros e da sociedade civil.

No entanto, a implementação do projecto, enquanto processo, não foi isenta, nem poderia ser de outra maneira, de alguns recuos e obstáculos. Tal como seria de esperar, durante a implementação do projecto, a equipa deparou-se com diversas dificuldades e obstáculos:

- Desistência dos beneficiários;
- Dificuldades de acesso aos CNO (domínio da língua portuguesa);
- Atrasos no pagamento dos subsídios conduzem a uma certa desmotivação e preocupação permanente;
- Elevadas expectativas dos refugiados/as;
- Processo de qualificação é demorado (processos de equivalência/RVCC, formação profissional, integração no mercado de trabalho, etc.);
- Fraca receptividade do sector privado (foram contactas dezenas de empresas e apenas 4 aceitaram acolher estagiários);
- Falta de conhecimento da problemática do asilo e reduzido número de refugiados/as, quando comparado com outras problemáticas;
- Crise económica e financeira que Portugal vive neste momento.

Na verdade, não podemos ignorar que houve um refugiado/a que desistiu do estágio na Solvay por razões de saúde. Inicialmente, previa-se que depois da operação a que iria ser sujeito, iria regressar ao estágio, mas por



Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism

complicações de saúde várias, isso nunca veio a acontecer. Por outro lado, outro beneficiário desistiu de um curso de formação, apesar dos esforços da equipa para que isso não acontecesse, e 10 refugiados/as ainda não conseguiram concluir os processo de RVCC, tendo alguns deles, já desistido. Entre os 9 participantes nas actividades de empreendedorismo, apenas 5 continuam a participar.

De uma forma ou de outras, os obstáculos acima referenciados acabaram por condicionar a participação de alguns refugiados/as, e apesar do balanço ser muito positivo, considera-se que ainda poderia ter tido mais sucesso, se estes problemas/obstáculos não tivessem surgido. É evidente que, ao longo do projecto a equipa tentou intervir sobre eles, procurando minimizar os seus impactos.

Por último, importa ainda fazer uma referência às dificuldades resultantes da irregularidade do financiamento do projecto. Este projecto, à semelhança de outros financiados pelo mesmo Mecanismo Financeiro, deparou-se com muitos obstáculos ao nível do financiamento. Tais situações resultaram em constantes atrasos na implementação de algumas actividades e na impossibilidade de executar outras atempadamente (bolsas de formação), uma vez que o CPR não tinha disponibilidade para avançar com as verbas previstas.

Tabela 1 - Listagem de Beneficiários do Projecto

Beneficiário Nº	País de Origem	Actividade em que participou	Instituições Envolvidas
1	Albânia	- Curso Instalador de Sistemas solares Térmicos - Estágio Profissional - Curso Educação e Formação de Adultos de Técnico de Ar Condicionado (12º ano)	- Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) - Solvay Portugal Produtos Químicos S.A - Escola Secundária de Camarate/Centro Novas Oportunidades (Desistiu)
2	Mynamar	- Curso de Técnico de Energias Renováveis	- Instituto de Especialização Profissional (IDEP)
3	Colômbia	- Estágio Profissional	- Solvay Portugal Produtos Químicos S.A (não concluiu por motivo de doença)
4	Índia	- RVCC (6º ano)	- Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (CFPSA)
5	Guiné-Conacri	- RVCC (6º ano)	- Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (CFPSA)
6	Irão	- RVCC (9º ano) - Curso de Técnico Auxiliar de Fisioterapia e Massagem de Reabilitação - Ensino Dirigido de Português	- Cooptécnica de Ensino Gustavo Eiffel – Cooperativa de Ensino e Formação Técnico-profissional - Escola de Massagem e Motricidade Aplicada (EMMA) - CPR
7	Mynamar	- RVCC (12ºano) - Ensino Dirigido de Português	- Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (CFPSA) - CPR
8	Libéria	- Aconselhamento para Microcrédito	- Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC)
9	Colômbia	- Aconselhamento para Microcrédito - Estágio Profissional (desistiu)	- Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) - Sociedade Central de Cervejas e Bebidas

Beneficiário Nº	País de Origem	Actividade em que participou	Instituições Envolvidas
10	Somália	- Aconselhamento para Microcrédito	- Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC)
11	Siri Lanka	- Aconselhamento para Microcrédito	- Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC)
12	Colômbia	- Aconselhamento para Microcrédito	- Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC)
13	Costa do Marfim	- Aconselhamento para Microcrédito	- Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC)
14	Costa do Marfim	- Aconselhamento para Microcrédito	- Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC)
15	Arménia	- Aconselhamento para Microcrédito	- Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC)
16	Costa do Marfim	- Aconselhamento para Microcrédito -RVCC (9º ano) - Ensino Dirigido de Português	- Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) -Centro de Formação Profissional Para o Sector Alimentar (CFPSA) - CPR
17	República Democrática do Congo (RDC)	- RVCC (6º ano) - Curso de Canalização (Dupla Certificação) - Ensino Dirigido de Português	- Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e das Obras Públicas (CENFIC) - CPR
18	Afganistão	- Estágio Profissional	- Restaurante Alma Henrique Sá Pessoa
19	Libéria	- Estágio Profissional	- Sociedade Central de Cervejas e Bebidas S.A.
20	Colômbia	- RVCC 9º ano -Curso de Língua Portuguesa	- CFPSA (não concluíram) - Centro de Formação Profissional de Alverca
21	Colômbia	- RVCC 9º ano - Cursos Língua Portuguesa	-CFPSA (não concluíram) - Centro de Formação Profissional de Alverca
22	Somália	- RVCC 6º ano - Ensino Dirigido de Português	- Escola Secundária de Camarate - CPR
23	Somália	- Curso de Soldadura por Electrodo Revestidos em Chapa de Aço Carbono	- Instituto de Soldadura e Qualidade
24	Costa do Marfim	- Curso de Segurança Básica	- Instituto de Tecnologias Náuticas

Beneficiário N°	País de Origem	Actividade em que participou	Instituições Envolvidas
25	República Democrática do Congo (RDC)	- Curso de Segurança Básica	- Instituto de Tecnologias Náuticas
26	Irão	- Estágio Profissional	- Teatro de Pesquisa a Comuna
27	Somália	- RVCC (6º ano) (impedido de continuar por falta de conhecimentos da língua portuguesa)	- Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e das Obras Públicas (CENFIC)
28	Angola	- RVCC (9º ano) (Pedi transferência do CENFIC para a Junta de Freguesia dos Anjos. Não voltou a solicitar apoio do projecto)	Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e das Obras Públicas (CENFIC) - Junta de Freguesia dos Anjos
29	Uzebequistão	- RVCC (Foi colocada à noite. Não aceitou. Aguarda colocação de dia)	- Escola Secundária de Camarate
30	Guiné-Bissau	- RVCC (9º ano) (impedido de continuar por falta de conhecimentos da língua portuguesa)	- Escola Secundária de Camarate
31	República Democrática do Congo (RDC)	- RVCC (9º ano) (impedido de continuar por falta de conhecimentos da língua portuguesa)	- Escola Secundária de Camarate
32	Guiné-Conacri	- RVCC (6º ano) (aguarda colocação)	- Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (CFPSA)
33	Mauritânia	- RVCC PRO (aguarda colocação) - Estágio Profissional não remunerado (aguarda resposta)	- Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (CFPSA) - Hotel Olisippo
34	Guiné-Conacri	- RVCC (9º ano)	- Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (CFPSA)
35	Paquistão	- RVCC (6º ano) (Aguarda Colocação)	- Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e das Obras Públicas (CENFIC)
36	Somália	- RVCC (6º ano) (Impedido de continuar por falta de conhecimentos da língua portuguesa)	- Escola Secundária de Camarate
37	Etiópia	- RVCC (6º ano) (Impedido de continuar por falta de conhecimentos da língua portuguesa)	- Escola Secundária de Camarate

Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism



Visita à Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, 29 de Março de 2010



Visita à Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, 29 de Março de 2010

Supported by a grant from Iceland, Liechtenstein and Norway through the EEA Financial Mechanism



Beneficiária do projecto, com a formadora de português do CPR, no dia em que obteve o 12º ano através do CNO do Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (CFPSA)



Beneficiário do projecto numa aula de português dirigido no CPR. Encontrava-se a frequentar o CNO do Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (CFPSA) para obtenção do 9º ano.